

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 10 de junho de 2019 às 07h45
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Pirataria

Ministério evita responder sobre encontro com entidades ligadas a indústria do cigarro 3
COTIDIANO

G1 - Globo | BR

Pirataria

Três toneladas de mercadorias falsas são apreendidas no Porto de Suape pela Receita Federal . . 5
PERNAMBUCO

Jornal do Senado | BR

ABPI

CRA discute políticas para combater impactos negativos no agronegócio - Senado Notícias 6

ConeSul News | MS

Marco regulatório | INPI

"Combate à pirataria é ferramenta para asfixiar o crime organizado", afirma Sergio Moro 7
PIRATARIA

DCI Online | SP

Marco regulatório | INPI

Segunda onda de cybersegurança 9
PLANO DE VOO

Migalhas | BR

06 de junho de 2019 | ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

XXXIX Congresso Internacional da Propriedade Intelectual - ABPI 13

Ministério evita responder sobre encontro com entidades ligadas a indústria do cigarro

COTIDIANO

Em resposta a requerimento parlamentar, pasta não informa sobre audiências com empresas do setor. Apesar de ter tido audiências com representantes da indústria de cigarro, o Ministério da Justiça deixou de informar sobre esses encontros em resposta a questionamento do PSOL sobre o que levou a pasta a criar um grupo de trabalho que analisa uma redução de imposto sobre cigarros.

A bancada da Câmara perguntou no início de maio, por meio de requerimento de informação parlamentar protocolado na Casa, se empresas do setor ou entidades por elas fundadas ou financiadas haviam sido recebidas pelo ministério. Em seguida, o documento pedia datas e registros dos momentos em que isso ocorreu.

A resposta foi apenas de que algumas das entidades fazem parte do **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria, sediado na pasta.

Nos três primeiros meses do ano, no entanto, houve ao menos três encontros com entidades ligadas ao setor. Em janeiro, o ministro Sergio Moro recebeu representantes do ETCO e do Fórum Nacional de Combate a **Pirataria** e Ilegalidade, entidades associadas a empresas.

Na agenda oficial, porém, consta apenas encontro com o deputado Efraim Filho, que é presidente da frente parlamentar mista de combate ao contrabando, sem descrição da pauta.

Já no dia 25 de fevereiro, o secretário nacional do Consumidor, Luciano Timm, teve reunião com a Souza Cruz e com a Japan Tobacco International para falar sobre "visão propositiva para reduzir o contrabando", conforme informado em agenda.

Em 25 de março, dois dias antes da publicação da por-

taria, o secretário-adjunto de Operações Integradas do ministério, José Washington Luiz Santos, também se reuniu com entidades do setor.

Questionado pela Folha, o ministério inicialmente negou que Moro tivesse tido encontros com as instituições, confirmando apenas a audiência da Secretaria Nacional do Consumidor.

Indagado novamente, confirmou a reunião ocorrida em janeiro, dizendo que as entidades foram levadas pelo deputado, mas não informou o motivo das agendas não terem sido citadas na resposta ao PSOL.

Procuradas pela reportagem, entidades e empresas confirmaram os encontros, mas negaram ter influenciado na proposta de criação do grupo de trabalho lançado por Moro no fim de março.

Segundo o ETCO, os encontros com o ministério tiveram como tema a questão do contrabando e combate ao crime organizado. Já a Souza Cruz disse que "sempre dialoga com autoridades públicas para apresentar o setor e sua relevância para o país, como também para discutir caminhos necessários ao combate do mercado ilegal". A Japan Tobacco informou que a reunião foi solicitada pelas empresas "para levar proposta de redução do contrabando por meio do envolvimento dos Procons nos estados".

Em resposta ao requerimento enviado ao PSOL, o ministério diz que a necessidade de criar o grupo de trabalho decorreu "do grande volume de apreensões de cigarro contrabandeados e vendidos no Brasil, sendo importante avaliar os mecanismos de tributação que, eventualmente, incentivam a entrada e o consumo desses produtos ilegais".

Segundo o ministério, a questão tributária foi debatida na primeira reunião realizada neste ano pelo

Continuação: Ministério evita responder sobre encontro com entidades ligadas a indústria do cigarro

Conselho Nacional de Combate à Pirataria, que criou uma "comissão especial de cigarros" -transformada dias depois em "comissão especial do contrabando" a pedido de entidades.

"Estima-se que a maior parte do mercado de cigarros no Brasil pertence ao mercado ilegal, sem pagamento de tributos, de modo que a recente evasão fiscal justifica preocupação dos órgãos de fiscalização", informou a pasta, que encaminhou junto da resposta cópia de um estudo sobre o tema.

Chamado de "Uma alternativa de combate ao contrabando a partir da estimativa da curva de Laffer e da discussão sobre a política de preço mínimo", o documento prevê aumento de R\$ 7,5 bilhões no faturamento da indústria por meio da eliminação do preço mínimo para os cigarros, conforme a Folha mostrou em maio.

O ministério diz que, apesar de considerar o estudo "interessante", as conclusões do grupo não devem ser baseadas apenas no aspecto econômico e "levarão em conta as políticas públicas de saúde e prevenção ao uso do tabaco."

MUDANÇA EM IMPOSTO DIVIDE SETOR

Desde que o grupo foi criado, no entanto, a medida tem dividido entidades na área de saúde e representantes de indústrias do setor.

Para a ONG ACT (antiga Aliança de Controle do Tabagismo), a redução na tributação vai na contramão dos resultados alcançados pelo país.

O principal argumento é que, desde que o país passou a aumentar os impostos sobre cigarros, em 2011, o índice de fumantes tem tido queda. Entre 2011 e 2018,

passou de 14,8% para 9,3%, segundo dados da pesquisa Vigitel, do Ministério da Saúde.

"No tocante à tributação, estudos nacionais e internacionais e a própria experiência brasileira mostram que o aumento de preços e impostos é considerado a medida mais custo-efetiva para prevenção e diminuição de consumo de cigarros, e não sua redução", informa.

Empresas se dividem. Em geral, a Souza Cruz diz apoiar a discussão sobre uma possível revisão da tributação aplicada ao cigarro, por considerar que o sistema em vigor "favorece a comercialização de produtos ilegais no país".

Mesma posição é compartilhada por entidades como o ETCO, que tem a empresa como uma de suas associadas. Para a entidade, a "revisão do modelo tributário não necessariamente implica na redução das alíquotas de tributação, podendo ser uma redistribuição da atual carga tributária de forma a permitir que as marcas legais possam competir com as marcas ilegais."

Já a Philip Morris tem defendido que, embora seja necessário reconhecer a necessidade de combate ao mercado ilegal, esse mesmo combate "não deveria passar por alternativas que possam resultar na redução de tributos e de preços, aumentando o acesso da população de baixa renda a um produto como o cigarro.

A JTI, por sua vez, diz que a mudança na tributação é "uma das alternativas para combater o mercado de cigarros ilegais no país, que está associado ao crime organizado, à evasão de divisas e à diminuição do número de empregos formais".

Três toneladas de mercadorias falsas são apreendidas no Porto de Suape pela Receita Federal

PERNAMBUCO

Receita Federal/Divulgação



Tecidos, brinquedos e mochilas foram apreendidos no Porto de Suape

De acordo com o Fisco, os brinquedos não foram fabricados a partir dos parâmetros estabelecidos por lei. Diante da insegurança oferecida aos consumidores, os materiais apreendidos devem ser destruídos e, caso seja possível, o plástico segue para reciclagem.

Carga de brinquedos, mochilas e tecidos foi avaliada em R\$ 200 mil. Produtos iriam abastecer mercados populares de cidades do Nordeste.

A Receita Federal apreendeu três toneladas de produtos falsificados no Porto de Suape, no Grande Recife, ao longo desta primeira semana de junho. As mercadorias vindas da China foram avaliadas em R\$ 200 mil e estavam em três contêineres, que pertencem a três importadores diferentes, conforme divulgado pelo órgão nesta sexta (7).

Ao todo, foram apreendidas 8.750 mochilas, 720 unidades de pistolas de brinquedos e 135 rolos de tecidos com estampas de personagens de desenhos animados. Segundo a Receita Federal, a carga iria abastecer mercados populares de cidades do Nordeste.

As mercadorias ilícitas estavam entre cargas regulares e foram identificadas por meio do uso de scanners e da avaliação de documentos. Os produtos foram retidos e a Receita Federal entrou em contato com as empresas detentoras das marcas utilizadas para atestar a **falsificação**.

CRA discute políticas para combater impactos negativos no agronegócio - Senado Notícias

O impacto das políticas de propriedade industrial no mercado de agroquímicos (também chamados de agrotóxicos ou defensivos agrícolas) será o assunto de debate promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na próxima quarta-feira (12), às 11h. Requerida pelo senador Lasier Martins (Pode-RS), a audiência pública acontecerá na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa.

Ao justificar o pedido, Lasier afirmou que o agricultor, principalmente de culturas como soja, milho e algodão, não tem o poder de definir o preço de seus produtos, que dependem de fatores externos, como o mercado internacional. Sendo assim, conforme o senador, uma das formas para garantir maior rentabilidade é reduzir custos de produção. Isso seria possível, por exemplo, com o uso de agroquímicos genéricos, que chegam a ser até 25% mais baratos que os oferecidos por grandes empresas multinacionais.

Lasier entende que uma maior competição no mercado de agroquímicos, hoje concentrado nas mãos de poucas empresas, poderia vir pelo aumento da oferta de agroquímicos genéricos, o que possibilitaria a oferta de insumos mais baratos. Porém, de acordo com o parlamentar, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**) é moroso na análise dos pedidos de **quebra** de patentes nesse setor (requisito para a produção de genéricos) que, em alguns casos,

chegou a superar 14 anos.

"Para se ter uma noção de valores, só em 2009 foram movimentados no mercado de defensivos agrícolas no Brasil R\$ 12,9 bilhões. Segundo matéria divulgada no jornal O Estado de S. Paulo, em 2014, apenas três produtos - um herbicida e dois inseticidas - movimentaram cerca de R\$ 300 milhões por ano, sendo que tais produtos ainda estavam protegidos por patentes", informou Lasier.

Foram convidados para o debate representantes da Secretaria de Governo da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**).

COMO ACOMPANHAR E PARTICIPAR

Participe:

<http://bit.ly/audienciainterativa>

Portal e-Cidadania:

senado.leg.br/ecidadania

Alô Senado (0800-612211)

"Combate à pirataria é ferramenta para asfixiar o crime organizado", afirma Sergio Moro

PIRATARIA



-->

O enfrentamento das práticas de falsificação de produtos, além da defesa de marcas e patentes, foram a pauta do II Encontro Nacional de Combate à Pirataria e a Crimes Correlatos nesta quarta-feira (05), promovido pelo **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNPC), vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). De acordo com dados da Receita Federal, o contrabando e adulteração de produtos trazem prejuízo de cerca de R\$ 3,5 bilhões para arrecadação.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, ressaltou a importância do combate à pirataria para asfixiar o poder do crime organizado.

"Combatendo a pirataria nós protegemos os investimentos. Isso é relevante, nós caminhamos para uma economia mais forte e saudável. Por outro lado, nós protegemos o consumidor e enfrentamos o crime organizado. Temos que descapitalizar o crime organizado", destacou.

Na avaliação de Moro, a pirataria se tornou instrumento do crime organizado possivelmente associado a outros ilícitos, como a lavagem de dinheiro

e o furto de dados, como senhas bancárias e dados pessoais.

Conforme o subsecretário de Administração Aduaneira da Receita Federal, Marcus Vinicius Pontes, do total de R\$ 3,5 bilhões que deixam de ir aos cofres públicos, devido ao crime de contrabando, 45% foram de tributos não arrecadados em cigarros e correlatos.

"Há uma preocupação com esse tema, monitorado pela Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). Afinal, o consumidor é a principal vítima de produtos falsificados que não pagam impostos e favorecem outros tipos de criminalidade", observou o titular da Senacon, Luciano Timm.

Durante o encontro, foram debatidas ainda, as questões práticas de furto de sinais audiovisuais, pirataria digital, entre outros temas. O objetivo é a integração e coordenação entre os diversos órgãos públicos que atuam no tema.

Também estiveram presentes no evento representantes da Secretaria de Operações Integradas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal, Ministério das Relações Exteriores, Admissão Aduaneira Francesa, Justiça Federal e do Estado de São Paulo, **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial, além de representantes do setor privado Associação pela Indústria e Comércio Esportivo, Grupo de Proteção à Marca, Fórum Nacional contra a Pirataria e a Ilegalidade e Associação Portuguesa de Defesa de Obras Audiovisuais.

CNPC - O **Conselho** Nacional de Combate à Pirataria

Continuação: "Combate à pirataria é ferramenta para asfixiar o crime organizado", afirma Sergio Moro

e Delitos contra a Propriedade Intelectual é um órgão colegiado e consultivo, integrante da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Tem por finalidade elaborar as diretrizes para a formulação e proposição do Plano Nacional para o Combate à Pirataria e à sonegação fiscal dela decorrente, além dos delitos contra a propriedade intelectual. É composto por representantes de diversos órgãos públicos e se-

tores da sociedade civil.

Segunda onda de cybersegurança

PLANO DE VOO



Divulgação

Vice-presidente para América Latina da Cipher, Paulo Bonucci: transformação digital estimula surgimento de novas empresas de cybersegurança



Ricardo Gomes, Presidente da Câmara LGBT, e Orlando Lindório de Faria, secretário municipal de Turismo de São Paulo. Foto: Divulgação



A dupla de diretores manterá a estrutura do espetáculo, com as mesmas personagens, mas com uma riqueza de dados que a Internet possibilitou. Foto: Divulgação

Atuar em conjunto com a Prosegur para promover o desenvolvimento e implementação de soluções avançadas de segurança cibernética integrada e criar de forma pioneira uma plataforma única de gerenciamento de riscos. Essa é a missão da Cipher, empresa brasileira de cibersegurança com presença na América Latina, América do Norte e Europa, recentemente adquirida pelo grupo global de capital aberto e origem espanhola Prosegur, que atua em 25 países de vários continentes no setor de segurança privada. Novas empresas de segurança surgem estimuladas pela transformação digital nas atividades econômicas.

Prosegur leva a brasileira ...

"É uma nova fase da Cipher, líder em serviços de segurança gerenciados e de consultoria cibernéticos. A Cipher e a Prosegur, sob a marca SegurPro, compartilham uma visão ampla das operações de segurança, com uma abordagem de risco global", ressalta o vice-presidente para América Latina da Cipher, Paulo Bonucci. Antes com presença em Londres, Miami e no Brasil, a partir de agora a Cipher expande globalmente suas atividades com destaque especial para o crescimento na América Latina, especialmente no mercado brasileiro, o principal da companhia.

... Cipher para expansão

Segundo o executivo, a aquisição da Cipher aconteceu no contexto da estratégia da Prosegur, de colocar foco na cybersegurança, com a compra de várias empresas especializadas nesse ramo. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que regula o tratamento de dados pessoais no Brasil, vai gerar muitas oportunidades de mercado para a SegurPro, como já acontece na Europa, onde a lei passará a valer um pouco antes que no Brasil, a partir de 2020. Dos 350 clientes da Cipher, 280 estão no Brasil, nos mais variados segmentos econômicos.

Protocolo de Madri (I)

Com a aprovação, no final de maio, pelo Senado, do Projeto de Decreto Legislativo que formaliza a adesão do Brasil ao Protocolo de Madrid - o tratado aguarda a promulgação pelo presidente da República -, são várias as vantagens para as empresas brasileiras. "As principais vantagens do Protocolo de Madrid são as reduções dos custos de depósito de pedidos de registro e menor tempo das decisões do **Instituto Nacional de Propriedade Industrial [INPI]**", ressalta Flávia Amaral, especialistas em Propriedade Intelectual e sócia de Chiarottino e Nicoletti Advogados.

Protocolo de Madri (II)

A simplificação de todo o procedimento e desburocratização do registro internacional de marcas requerido por empresas brasileiras no exterior e o monitoramento mais dinâmico para a gestão de marcas em todos os países em que ela estiver registrada também são citadas entre as facilidades, de acordo com Renata Soraia Luiz, também sócia de Chiarottino e Nicoletti Advogados. O Protocolo de Madrid habilita empresas e pessoas físicas de um país-membro a solicitarem a proteção de sua marca em diversos países-membros simultaneamente.

Gravação clandestina

Sobre a captação de imagens feita pela garota que acusa Neymar de estupro, o professor da pós-graduação da Escola de Direito do Brasil (EDB), especialista em direito penal, Marcio Arantes esclarece. "Em gravação clandestina, o interlocutor de uma comunicação, presencial ou à distância, capta o seu conteúdo sem o conhecimento e o consentimento do outro interlocutor. No direito brasileiro, a conduta de captação do conteúdo da comunicação, em si mesma, não constitui ato ilícito, porque aquele que capta o conteúdo da comunicação é um dos interlocutores. De outro lado, a divulgação do conteúdo, para ser lícita, somente pode ocorrer se

houver justa causa."

Desenvolvimento de softwares

O mercado Brasileiro ainda está muito imaturo em termos de desenvolvimento ágil de softwares com qualidade. Grande parte das empresas ainda não tem continuous testing como prática consolidada nos seus processos de desenvolvimento. A avaliação é de Andrey Coelho, CEO da Yaman, uma das principais consultorias de qualidade para aplicações no Brasil, sediada em Alphaville, em São Paulo. A empresa fechou parceria com a austríaca Tricentis para desenvolver softwares de qualidade. A Tricentis é reconhecida por reinventar os testes de software e viabilizar as Jornadas DevOps (operações de TI aliadas ao desenvolvimento de software). Com a parceria, a Yaman, que já cresce 50% ao ano no Brasil, quer manter e até ampliar esse desempenho, chegando a 500 colaboradores até o final deste ano. O mercado mundial de teste de software é estimado em US\$ 34 bilhões, com avanço de 13% ao ano até 2023.

Praxio investe R\$ 5 milhões

Diante da crise econômica, transportadores e outros segmentos de fretes estão ainda mais interessados em otimizar recursos ao fazer transações eficientes e rastreáveis. "Por isso, reunimos na plataforma as soluções mais relevantes neste sentido, desde a cotação até a entrega das mercadorias", afirma Valmir Colodrão, CEO da Praxio, empresa de tecnologia especializada na cadeia de transporte e logística, lança o Praxio Embarcador, plataforma para cotação de frete que otimiza custos em até 11% ao agrupar, em um "marketplace", ofertas de fretes de fornecedores com perfis variados. O projeto exigiu investimento da ordem de R\$ 5 milhões. A ferramenta é voltada para o setor de varejo (e-commerce) e indústria, e tem a meta de atender até dois mil embarcadores nos próximos dois anos. A plataforma faz cotação online. O embarcador informa o tipo de carga que será transportada, prazo e local de deslocamento. A partir disso, o Praxio Embarcador lista diversas trans-

portadoras que têm disponibilidade para atender àquela necessidade e seus preços.

Turismo LGBT em São Paulo

Ricardo Gomes, Presidente da Câmara LGBT, e Orlando Lindório de Faria, secretário municipal de Turismo de São Paulo. Foto: Divulgação

A Câmara de Comércio e Turismo LGBT do Brasil assinou nesta semana acordo de Cooperação com a Prefeitura de São Paulo para promover o turismo LG-BT no destino que é um dos mais visitados do Brasil pelo público LGBTI+ vindos do exterior e do Brasil. A Secretaria de Turismo do Município e a Câmara desenvolverão nas próximas semanas um plano para pautar o trabalho previsto no acordo e que já começa durante a parada do Orgulho LGBTI+ na capital paulistana, no próximo dia 23. "Assinar este acordo de cooperação com a Prefeitura de São Paulo mostra que a entidade fortalece o seu propósito em promover e incentivar os destinos amigáveis. É um marco para a Câmara LGBT", diz Ricardo Gomes, presidente da Câmara LGBT. Para Orlando Lindório de Faria, secretário de Turismo de São Paulo, o acordo vem agregar e legitimar o trabalho já realizado pela Secretaria na promoção de São Paulo como cidade que respeita e reconhece a diversidade.

Compras, experimentação e vivências

Os shopping centers se transformam, cada vez mais, em locais de entretenimento, lazer e gastronomia. Antenado com essa tendência, o Parque D. Pedro Shopping, de Campinas (SP), traz para a cidade e região novas lojas que prometem envolver os clientes na experimentação dos produtos e vivências. Dentre elas, a Mega Store da Cacau Show, com cafeteria completa e sobremesas exclusivas, onde o consumidor pode conhecer as etapas do processo de fabricação, a Cacau Lab, um laboratório de curso para os visitantes, e espaço kids. Outra novidade é a Decathlon, com loja de 3.000 m² e modelo exclusivo de experimentação, onde os clientes podem testar todos

os itens disponíveis antes de finalizar a escolha da compra. No setor de variedades, a Daiso Japan chega com mais de três mil itens, a maioria originários do Japão, em uma das maiores lojas da marca no Brasil. Já a Botoclinic amplia as opções de beleza e estéticas oferecidas pelo shopping. As novidades no mix do empreendimento abrangem ainda o segmento moda, com a chegada da grife de luxo Carmen Steffens e a Oakley. Empreendimento consolidado e administrado pela Sonae Sierra Brasil, o shopping mantém alta sua taxa de ocupação (98%), com vendas dos lojistas totalizando R\$ 358 milhões, segundo relatório de resultados do 1TR divulgado no último dia 14 de maio.

Bachiana para o GRAAC

Nesta segunda-feira (10), acontecerá a 4ª edição do Jantar de Gala organizado pelo GRAACC, referência no tratamento e pesquisa do câncer infantil-juvenil, principalmente em casos de alta complexidade. Será na Sala São Paulo, na capital paulista, com o tema "Noite Inesquecível" e apresentação da Orquestra Bachiana Filarmônica SESI-SP, regida pelo renomado maestro João Carlos Martins e com participação especial de Leonardo Neiva, do Fantasma da Ópera, e Sara Sarres, do musical Billy Elliot. Os recursos arrecadados serão destinados ao GRAACC. A gastronomia será assinada pelo Buffet França e os convites custam R\$750,00.

'Cole Porter' vinte anos depois

A dupla de diretores manterá a estrutura do espetáculo, com as mesmas personagens, mas com uma riqueza de dados que a Internet possibilitou. Foto: Divulgação

O musical "Cole Porter - Ele Nunca Disse Que me Amava" estreou em 2000 para uma curta temporada, e se tornou um marco na carreira da dupla Charles Möeller & Claudio Botelho. O espetáculo teve dez meses de lotação esgotada no Café Teatro de Arena (RJ), e permaneceu por quatro anos em cartaz, entre

Continuação: Segunda onda de cyberssegurança

diversas temporadas no Rio, São Paulo e Portugal. Agora em 2019, quase 20 anos depois, a dupla remonta o musical com algumas modificações. O espetáculo estreia em 21 de junho, no Teatro Porto Seguro, na capital paulista. A temporada vai até 7 de julho. No elenco da atual montagem estarão três atrizes que participaram do espetáculo original: Alessandra Verney e Stella Maria Rodrigues. Elas dividirão a cena com as atrizes Malu Rodrigues, Marya Bravo, Analu Pimenta e Bel Lima. "Estamos

20 anos mais maduros como artistas e temos hoje mais conhecimento da obra de Cole Porter. Por isso, apesar de ser uma remontagem, será um novo espetáculo, com a inserção de canções e texto. É uma nova visão, mas manterá o nosso mesmo amor por Cole Porter", revela Claudio Botelho.

XXXIX Congresso Internacional da Propriedade Intelectual - ABPI



Data: 25, 26 e 27/8 **Horário:** 10h **Local:** Windsor Barra Hotel & Congressos (Av. Lucio Costa, 2.630, Barra da Tijuca, RJ)

Congresso:

Neste ano, o tema "A Propriedade Intelectual no Novo Contexto Geopolítico Mundial" será o foco das plenárias e painéis, com debates e abordagens dos mais diversos tópicos, desde a indústria farmacêutica e o processo de lançamento de um medicamento no mercado, passando por tecnologia e segurança pública, até a indústria de entretenimento e games.

Em um mundo altamente globalizado, em que a maior parte da comunicação, produção e comércio é criada, armazenada e transmitida por meios digitais, que desconhecem fronteiras, a geopolítica também desempenha um papel fundamental.

Atualmente, a **Propriedade** Intelectual é uma mercadoria com alto grau de liquidez. Inovações que permitem facilitar e agilizar o desenvolvimento de processos e a criação de novos produtos são de interesse universal, e têm grande valor.

A documentação, padronização e compartilhamento de informações sobre práticas inovadoras traz benefícios aos países e organizações cuja proximidade, ou mesmo o estágio de desenvolvimento, sejam um ponto em comum.

Os setores privados de pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como a conexão entre a indústria e as

universidades, merecem especial atenção no tocante à troca de informações sobre a legislação de **propriedade** intelectual, cuja finalidade é de proteção à PI, mas que também incentiva a adoção e disseminação de novas tecnologias.

No Brasil, com o novo governo, o **INPI** passou a integrar o Ministério da Economia, trazendo a perspectiva de um maior aparelhamento do órgão, podendo ser aberta a importante discussão da autonomia financeira da instituição. Só assim se conseguirá modernizar o **INPI** possibilitando adequá-lo aos níveis de eficiência e agilidade encontradas em órgãos equivalentes em outros países, fortalecendo assim os meios para se obter uma proteção mais efetiva e mais rápida das inovações no país.

Neste contexto, o XXXIX Congresso Internacional da Propriedade Intelectual representa a oportunidade de interagir e trocar experiências com expoentes e especialistas da área de PI, e de atualizar o conhecimento sobre os desdobramentos de assuntos atuais.

O evento ainda conta com o tradicional jantar de confraternização, uma oportunidade única de networking com os principais parceiros da **ABPI**, entidades e autoridades ligadas ao tema da Propriedade Intelectual.

Programação

Durante três dias - em programação distribuída em plenárias e painéis - juízes, empreendedores e empresários, membros do governo, advogados, acadêmicos e outros especialistas na matéria debaterão, entre outros, temas da Propriedade Intelectual ligados a **Patentes**, **Direito** Autoral, **Transferência** de Tecnologia, **Biotecnologia**, Cultivares, **Internet** e Esportes.

Continuação: XXXIX Congresso Internacional da Propriedade Intelectual - ABPI

Comitê organizador

Presidente **Luiz** Edgard Montauray Pimenta

Alberto Luís Camelier da Silva

Antonella Carminatti

Benny Spiewak

Elisabeth Siemsen do Amaral

Eneida Elias Berbare

Erika Diniz Silla Carvalho

Filipe Fonteles Cabral

Gabriel Francisco Leonardos

Jacques Labrunie

José Eduardo de Vasconcellos Pieri

Luís Fernando R. Matos Junior

Luiz Henrique O. do Amaral

Manoel Joaquim Pereira dos Santos

Maria Carmen de Souza Brito

Maria Inez Araújo de Abreu

Paulo Parente Marques Mendes

Peter Eduardo Siemsen

Ricardo Cardoso Costa Boclin

Ricardo P. Vieira de Mello

Ricardo Pinho

Rodrigo A. de Ouro Preto Santos

Realização

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

TELEFONE

(21) 2507-6407

e-mail

abpi@abpi.org.br

ou

Clique aqui

Publicado em: quinta-feira, 6 de junho de 2019

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 5, 7

ABPI

6, 13

Marco regulatório | INPI

6, 7, 9, 13

Patentes

6, 13

ABPI | Luiz Edgard Montaury Pimenta

13

Propriedade Intelectual

13

Direitos Autorais

13

Inovação

13